http://www.gestaodefraude.eu
e-mail: geral@gestaodefraude.eu

OBEGEF

Observatório de Economia e Gestão de Fraude

Rua Roberto Frias

4200-464 Porto

RELATÓRIO E CONTAS

2013

Março 2014

RELATÓRIO DA DIRECÇÃO

Conteúdo

1. Mensagem do Presidente 3
2. Órgãos Sociais 5
3. Associados 6
4. Principais actividades desenvolvidas 8
5. Situação financeira 9
6. Perspectivas Futuras 10
7 Aplicação de resultados 11
8. Demonstrações Financeiras 12

1. Mensagem do Presidente

É uma honra presidir a uma instituição que tem sabido, de forma discreta mas segura, impor-se na sociedade portuguesa, encontrar vias de internacionalização e que tem um sólido trabalho de aprofundamento das problemáticas da fraude.

É um júbilo ter trabalhado com uma Direcção que encarou sempre os desafios com entusiasmo e abnegação.

É também com emoção que fui assistindo ao longo dos anos à crescente maturidade dos debates e envolvimento pessoal nas reuniões anuais de associados. Todos temos aprendido muito. Recordando o meu percurso nos últimos seis anos constato um salto qualitativo e quantitativo nos meus conhecimentos sobre a fraude e a sociedade.

É com tranquilidade que encaro o futuro do Observatório. A sua existência é alimentada pelos anseios de uma sociedade mais ética e justa, onde as fraudes, as actividades ilegais e a corrupção têm de ter um peso bem menor. Cada um dos associados encara o OBEGEF de uma forma específica, mas estamos todos unidos por um ideal comum.

Mas essa unidade tem alguns alicerces:

- A possibilidade de todos os associados se sentirem de corpo inteiro no Observatório exige que cada um tenha a possibilidade de intervir nas actividades do Observatório, embora conhecendo-se as suas limitações temporais. Assim sendo, e sabendo-se que a nossa acção depende inevitavelmente de um maior conhecimento da fraude, o que se pode designar genericamente por actividade de investigação, há que integrar nesta actividade o maior número possível de associados. “Designamos por investigação toda a actividade de aquisição de novos conhecimentos, em resultado de um trabalho individual ou colectivo, independentemente da forma da sua prossecução, independente dos estímulos à sua realização.” Não é uma actividade específica dos “académicos” mas do homem, do homem ansioso em saber, de todo o profissional consciente.
- A interdisciplinaridade é um elemento diferenciador da nossa actividade. Seria um erro lastimável termos na mesma organização pessoas de diferentes formações académicas, com diversas actividades profissionais, com variegadas experiências profissionais e desaproveitar esse potencial. Quando alguns de nós se defrontam com a diversidade de pontos de vista apercebemo-nos da sua importância, mas temos tendência a esquecê-lo no fervor do quotidiano especializado. Manter e reforçar a interdisciplinaridade exige uma preocupação individual (que pode ser, na sua formulação mais simples, a de cada um ler o que é feito

pelos outros no OBEGEF) e um esforço organizativo. É fundamental compreender lucidamente o desafio da interdisciplinaridade e saber concretizá-lo.

Se conseguirmos preservar estes alicerces o Observatório poderá encarar o futuro com optimismo. Se não o soubermos corremos o risco de ter uma instituição fragmentada e com muito menor capacidade de actuação e, certamente, menos inovadora.

Enquanto associado continuarei a defender a preservação destes valores e tudo farei para que sejam tidos em conta na futura constituição dos órgãos de Direcção.

Esta é a última vez que me dirijo a vós como Presidente da Direcção. Felizes as organizações que sabem renovar-se, como nós!

2. Órgãos Sociais

Assembleia Geral

Fernando da Costa Lima – Presidente
Maria Amélia Pinto Monteiro – Secretária
Edgar Maciel Correia Pimenta – Vogal

Direcção

Carlos José Gomes Pimenta – Presidente
Óscar João Atanázio Afonso – Vice-Presidente
Mariana Fontes Costa – Secretária
Maria do Céu Fernandes Ribeiro – Tesoureira
André Marques Vieira de Castro - Vogal

Conselho Fiscal

Rui Henrique Ribeiro Rodrigues Alves – Presidente
Paulo José Abreu Beleza de Vasconcelos – Secretário
Nuno Ricardo de Oliveira Moreira – Vogal

3. Associados

Durante este ano solicitou-se a todos os associados a reafirmação da vontade de continuarem a sê-lo. Desse processo resultaram duas saídas. Posteriormente houve, por razões pessoais, a saída de um dos sócios fundadores.

Apresenta-se, de seguida, a lista dos associados, com a indicação da data oficial de admissão, nome completo e concelho de residência existentes à data de 31 de Dezembro de 2013:

Nome	Data Admissão	Município
Carlos José Gomes Pimenta	2008-11-21	Porto
Fernando Costa Lima	2008-11-21	Porto
Óscar João Atanazio Afonso	2008-11-21	Matosinhos
Rui Henrique Ribeiro Rodrigues Alves	2008-11-21	Maia
Luís Fernando Rainho Alves Torgo	2008-11-21	Porto
Paulo José Abreu Beleza de Vasconcelos	2008-11-21	Leça de Palmeira
Edgar Maciel Correia Pimenta	2008-11-21	V. N. Gaia
Nuno Ricardo de Oliveira Moreira	2008-11-21	Porto
Glória Maria Alves Teixeira	2008-11-21	Porto
Pedro Miguel Santos Moura	2009-03-12	Ramada
José António Cardoso Moreira	2009-03-08	Porto
Paulo Morgado	2009-05-08	Lisboa
Mariana Fontes da Costa	2009-05-08	V. N. Gaia
Aurora Amélia Castro Teixeira	2009-09-19	Porto
Jorge Paulo Novais Madureira	2009-09-19	V. N. Gaia
Ricardo Manuel L. V. Costa de Passos	2009-10-19	Lisboa
Nuno Miguel Vilarinho Gonçalves	2009-11-11	Matosinhos
João Luís da Costa Rito Dias Martins	2011-01-24	Lisboa
Maria do Céu Fernandes Ribeiro	2011-02-11	Porto
Fernando Jorge Moreira Rosas Belém	2011-01-24	Custóias
Alexandra Sofia da Silva Cerqueira Barbosa	2011-02-11	Maia
Henrique Manuel Rocha Santos	2011-01-24	Godim
Isabel Maria Martins da Silva Mendes	2011-02-11	Santo Tirso
Mafalda Sofia Gonçalves Bastos	2011-01-24	V. N. Gaia
Alda Maria Gonçalves Correia	2011-03-09	S. João Madeira
Maria Luísa Esteves Fontes Neves	2011-06-14	Lisboa
António João Maia	2011-06-14	Sintra

Nuno Filipe Tavares Gomes	2011-06-14	
António Marcos Ferreira Calado	2011-06-14	Lisboa
André Marques Vieira de Castro	2011-03-09	V. N. Famalicão
Jorge Paulo Gonçalves de Sousa Amaral Lopes	2011-01-24	Guimarães
José Rui Antunes Giesteira	2011-02-11	Porto
Manuel Emílio Mota Almeida Castelo Branco	2011-09-02	Porto
Maria Amélia Pinto Monteiro	2011-02-11	Rio Tinto
Sandra Carla Rodrigues Estrela Peneda	2011-06-14	Porto
Cátia Susana Figueiredo Dias Teixeira Pedro	2011-09-26	Lisboa
João Pedro da Silva Gomes Martins	2012-02-22	Lisboa
Jorge Manuel Afonso Alves	2012-06-05	Bragança
Elisabete Maria Azevedo Amaro Maciel	2012-11-12	Maia
Filipe António Osório de Almeida Pontes	2013-01-07	Lisboa
Ary Ferreira da Cunha	2013-10-19	Porto
Orlando Jorge Mascarenhas	2013-07-17	Porto
Pedro João Gil Simões e Silva	2013-11-25	Lisboa

Registem-se dois factos adicionais:

- Luciano Vaz Ferreira, residente em Porto Alegre, Brasil, teve até aquela mesma data de referência a aceitação dos sócios fundadores, vindo posteriormente a ser aceite pela Direcção.
- Miguel João Negrão Valente, embora não sendo associado tem colaborado com o OBEGEF, numa qualidade próxima de associado.

4. Principais actividades desenvolvidas

A actividade desenvolvida pelo Observatório depende essencialmente de três factores:

1. Dos processos concretizados nos períodos anteriores
2. Da sensibilização da sociedade portuguesa à nossa actividade
3. Das linhas estratégicas definidas pelos sócios na reunião anual informal de balanço da actividade realizada e a realizar, e da capacidade dos órgãos de direcção transformar essas sugestões em projectos realizáveis.

Três factores que, obviamente, se inter-relacionam estreitamente.

No âmbito do primeiro factor há a salientar:

- O aproveitamento das possibilidades abertas pela realização da I2FC: 2012 (preparação e edição dos livros em língua portuguesa e inglesa; a publicação de bastantes *working papers* com comunicações então apresentadas) e o acompanhamento do encerramento do dossier com a ON2. Manutenção de contactos com alguns dos participantes na iniciativa.
- A continuação do trabalho de investigação, com a finalização de alguns projectos, a continuação e consolidação de outros e o lançamento de novas pistas de trabalho. A este trabalho de aprofundamento temático e interdisciplinar realizável e realizado por qualquer associado junta-se o crescente interesse de mestrandos e doutoramentos em temáticas da fraude, em várias áreas disciplinares.
- A consolidação das nossas relações com a sociedade portuguesa por intermédio dos órgãos de informação, com a continuação da nossa participação em crónicas regulares e alargamento dos espaços disponíveis; com a intervenção como parceiros da Sociedade Civil; com a realização de conferências de imprensa e com a resposta a solicitações diversas que nos são feitas.
- A intervenção em colóquios, seminários, conferências e acções de sensibilização, realização de cursos breves, mesmo para além das fronteiras do nosso país. Colaboração com outras instituições na sua concretização.
- Resposta às solicitações de entidades políticas (nacionais e internacionais) que pretendem conhecer a nossa posição sobre assuntos relacionados com a fraude, *latus sensus*.

Após esta listagem positiva há que lastimar a interrupção na realização de cursos de longa duração sobre as problemáticas da fraude, por insuficiente resposta de potenciais clientes ou pela nossa incapacidade para os sensibilizar.

Como é óbvio, várias destas iniciativas não teriam sido possíveis se não houvesse uma sensibilidade de terceiros pelo nosso trabalho, mas esse vector influenciador da dinâmica do Observatório manifesta-se cabalmente na solicitação de prestação de serviços, sem que tivesse havido da nossa parte uma atitude deliberada nesse sentido, sendo de destacar as encomendas em torno da Economia Não-Registada, a área de investigação que mais avançou e que mais impactos teve sobre a opinião pública.

Retomando o terceiro vector anteriormente referido salientaria

- A construção de um novo site do OBEGEF, que resultou de uma reflexão crítica sobre as nossas características, contendo mais informação, mais diálogo entre nós e o público, entre os associados. Uma plataforma que será tanto melhor quanto mais contar com a interacção e participação do maior número de associados.
- A continuação pertinaz de alguns projectos de investigação anteriormente definidos cuja realização oferece maior dificuldade.
- O desenho de novos projectos de trabalho, frequentemente envolvendo outras instituições, que pela sua dimensão exigem a prévia obtenção dos recursos necessários (técnicos, humanos e financeiros)
- A decisão de se realizar todos os anos uma conferência internacional e interdisciplinar, adequando-se o seu âmbito temático e dimensão aos recursos financeiros disponíveis.

Para concluir este muito sintético balanço da actividade realizada (para uma maior pormenorização basta consultar o sítio do Observatório) algumas poucas palavras sobre o envolvimento dos associados: essa participação ampliou-se. A decisão de aglutinar mais os associados que residem na área de Lisboa pode também ser um primeiro passo de uma aproximação humana que é indispensável para uma união de vontades, tendo em conta as limitações pessoais e profissionais de cada um.

5. Situação financeira

Os rendimentos do período referem-se essencialmente a prestação de serviços de consultoria e formação: Economia não registada nos Açores (45.000 euros), A Economia Informal em Portugal: o seu papel na inclusão social de públicos desfavorecidos" (4.500 euros) e Fraude nos Seguros para a Associação Portuguesa de Seguros (780 euros).

Foram recebidos neste período o remanescente do subsídio atribuído no âmbito do programa "ON.2 – O Novo Norte" no valor de 47.762 euros, correspondente a 70% dos gastos com a conferência em

2012, no valor de 27.270 euros (a verba adiantada em excesso pelo organismo coordenador no valor de cerca de 11.036 euros será devolvida em 2014). Foi ainda recebido por parte do Banco de Portugal um montante de 2.792 euros para fazer face aos gastos com a publicação dos livros da conferência internacional I2FC a editar em português e inglês. Após a conclusão da análise do Relatório de Execução Final, foi reduzido o montante do subsídio atribuído em 3.630,43 euros.

Os gastos do período referem-se essencialmente as despesas administrativas e de deslocação no âmbito dos mesmos e aos honorários dos técnicos envolvidos nos projectos acima referidos.

6. Perspectivas Futuras

O trabalho realizado durante 2013 aponta para a existência de boas perspectivas de trabalho durante o presente ano. Por outras palavras, o caminho está traçado e apenas há que continuar a trilhá-lo. Contudo tal não surge espontaneamente, mas com empenhamento, com iniciativa, com responsabilidade, tanto quanto a existente até agora.

E, em alguns casos, esse "empreendedorismo" é particularmente necessário. Alguns projectos, como se disse, estão concebidos, mas tal não chega. Há que encontrar a capacidade para os transformar em projectos realistas, realizáveis. Há que aproveitá-los para melhorar todas as nossas frentes de trabalho.

Os esforços de todos nós, e particularmente da Direcção, deve ser de manutenção do que se tem feito de positivo, mas também de superação das dificuldades que persistem em existir, sendo de destacar:

- A necessidade de encontrar os caminhos para realização de cursos de médio e longo prazo sobre as problemáticas da fraude.
- A organização administrativa do OBEGEF, que hoje não existe e que aumenta a dependência da instituição em relação à informação e documentação possuída pelos associados.
- Encontrar novas formas de participação dos associados, continuação de um processo há muito iniciado, agora com a novidade de termos alguns de nós além fronteiras.

Finalmente é bom recordar que 2014 é ano de eleições para os Órgãos Sociais do Observatório. Há que fazer o balanço da experiência durante o último mandato, equacionar o trabalho a desenvolver e encontrar as melhores soluções, esperando que essa procura tenha o envolvimento do maior número viável de associados. É um problema organizativo e humano, mas também técnico: os recursos informáticos actualmente existentes permitem superar as distâncias geográficas na constituição dos órgãos de direcção.

7 Aplicação de resultados

Nos termos legais e estatutários, a Direcção propõe à Assembleia Geral que aquele montante seja levado a resultados transitados.

Porto, 19 de Março de 2014

A Direcção

8. Demonstrações Financeiras

I. Balanço

II. Demonstração dos Resultados por naturezas

III. Mapa de Fluxos de Caixa

IV. Notas Anexas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados por Naturezas

I. Balanço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 — *UNIDADE MONETÁRIA: EURO*

Rubricas	Notas	Exercícios 2013	Exercícios 2012
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS		536,67	0,00
ATIVOS INTANGÍVEIS		0,00	0,00
INVESTIMENTOS FINANCEIROS		0,00	0,00
		536,67	0,00
ATIVO CORRENTE			
INVENTÁRIOS		0,00	0,00
CLIENTES		3.198,00	3.250,00
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES		0,00	0,00
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		2.506,25	0,00
FUNDADORES/BENEMÉRITOS/PATROCINADORES/DOADORES/ASSOC./MEMBROS		0,00	0,00
OUTRAS CONTAS A RECEBER		0,00	27.279,09
DIFERIMENTOS		111,60	0,00
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS		0,00	0,00
CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	3	47.852,98	2.292,42
		53.668,83	32.821,51
Total do ativo		54.205,50	32.821,51
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVOS			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
FUNDOS		0,00	0,00
EXCEDENTES TÉCNICOS		0,00	0,00
RESERVAS		0,00	0,00
RESULTADOS TRANSITADOS:			
Resultados Líquidos de periodos anteriores		17.742,90	14.656,40
Ajustamentos de transição POC/SNC		-1.096,89	-1.096,89
		16.646,01	13.559,51
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		-379,66	3.086,50
Total do fundo de capital		16.266,35	16.646,01
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
PROVISÕES		0,00	0,00
FINANCIAMENTOS OBTIDOS		0,00	0,00
OUTRAS CONTAS A PAGAR		0,00	0,00
		0,00	0,00
PASSIVO CORRENTE			
FORNECEDORES		0,00	0,00
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES		0,00	0,00
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		3.794,41	317,99
FUNDADORES/BENEMÉRITOS/PATROCINADORES/DOADORES/ASSOC./MEMBROS		0,00	0,00
FINANCIAMENTOS OBTIDOS		0,00	0,00
OUTRAS CONTAS A PAGAR		29.724,74	15.857,51
DIFERIMENTOS		4.420,00	0,00
OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS		0,00	0,00
		37.939,15	16.175,50
Total do passivo		37.939,15	16.175,50
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		54.205,50	32.821,51

II. Demonstração dos Resultados por Naturezas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERIODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Exercícios	
		2013	2012
Vendas e Serviços Prestados	4	50.480,00	9.700,00
Subsídios, doações e legados à exploração	5	2.792,00	82.813,04
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	6	-48.776,58	-87.747,48
Gastos com o pessoal		0,00	0,00
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		640,17	0,01
Outros gastos e perdas	5	-4.334,62	-1.522,08
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**800,97**	**3.243,49**
Gastos/reversões de depreciações e de amortização		-268,29	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**532,68**	**3.243,49**
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		-73,58	0,00
Resultado antes de impostos		**459,10**	**3.243,49**
Imposto sobre o rendimento do período	8	-838,76	-156,99
Resultado líquido do período		**-379,66**	**3.086,50**

III. Mapa de Fluxos de Caixa

MAPA DE FLUXOS DE CAIXA

Periodo findo em 31 de Dezembro de 2013 — *U.M. Euro*

RUBRICAS	Notas	PERIODOS 2013	PERIODOS 2012
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de Clientes e utentes		64.429,00	9.700,00
Pagamentos a Fornecedores		-44.485,57	-87.624,48
Pagamentos ao Pessoal		0,00	0,00
Caixa gerada pelas operações		19.943,43	-77.924,48
Pagamentos/Recebimentos Imp. s/ Rendimento		483,18	-640,17
Outros recebimentos e pagamentos		-1.486,17	-2.646,66
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		18.940,44	-79.930,97
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Ativos Fixos Tangíveis		-804,96	0,00
Ativos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos Financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Ativos Fixos Tangíveis		0,00	0,00
Ativos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos Financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao Investimento		0,00	0,00
Juros e Rendimentos Similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa de atividades de investimento (2)		-804,96	0,00
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Subsídios		38.306,66	20.482,70
Patrocínios		2.792,00	16.450,00
Inscrições em conferência		0,00	14.601,25
Outros operações de financiamento		0,00	14.204,76
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos obtidos		-13.600,00	0,00
Juros e gastos similares		-73,58	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Reduções capital outros instrumentos capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento	3	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		27.425,08	65.738,71
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		45.560,56	-14.192,26
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do periodo		2.292,42	16.484,68
Caixa e seus equivalentes no fim do periodo	**3 e 7**	***47.852,98***	***2.292,42***

IV. Notas Anexas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados por Naturezas

1. Identificação da entidade:

1.1 Designação da entidade: Observatório de Economia e Gestão da Fraude (OBEGEF).

1.2 Sede: Faculdade de Economia da Universidade do Porto, na Rua Roberto Frias, no Porto.

1.3 Natureza da atividade: "promover a investigação interdisciplinar sobre a economia não registada e a fraude em Portugal, nos contextos europeu e mundial, promover o ensino sobre estas temáticas, criar redes e estabelecer outras relações com instituições congéneres e prestar serviços que se harmonizem com a investigação".

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 – As demonstrações financeiras, foram preparadas com base no Sistema de Normalização Contabilística – SNC. Neste, foi seguido o Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março, que consagra o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), conjugado com a Portaria nº 105/2011 de 14 de Março e do Aviso nº 6726-B/2011 também de 14 de Março de 2011.

2.2 - As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases para a apresentação de demonstrações financeiras de finalidades gerais que, estabelecem os requisitos

globais que permitem assegurar a comparabilidade quer com as demonstrações financeiras de períodos anteriores da entidade quer com as demonstrações financeiras de outras entidades.

Subsídios

Os subsídios, incluindo subsídios não monetários, apenas são reconhecidos quando exista uma certeza razoável de que a Associação irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios destinados a assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits da atividade são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Os subsídios que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Activos e Passivos Financeiros

a) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa e depósitos bancários.

b) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade. O custo destes ativos financeiros corresponde ao seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo. O custo destes passivos financeiros corresponde ao seu valor nominal.

No ano 2013 o OBEGEF não tem nenhum ativo nem passivo financeiro registado ao justo valor, e portanto, não existem alterações ao justo valor com impacto na demonstração de resultados.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços, tendo o rendimento aquela proveniência, o seu reconhecimento é efetivado pela respetiva fase de acabamento.

Principais Fontes de Incerteza Associadas a Estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da Associação. O lucro tributável poderá diferir do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Especialização de Exercícios

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto subjacente do acréscimo (periodização económica), pelo qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos (os elementos das demonstrações financeiras) quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos.

3. Meios Líquidos Financeiros

No final do período, os meios financeiros líquidos eram compostos por Depósitos à Ordem e a Prazo. O saldo da conta de Depósitos à Ordem devidamente conciliado, era de 35.852,98 euros, não havendo itens pendentes de conciliação. O saldo de Depósitos a Prazo era de 12.000,00 euros.

4. Prestação de Serviços

O valor da rubrica de Prestação de Serviços refere-se essencialmente a consultoria e formação: Economia não registada nos Açores (45.000 euros), A Economia Informal em Portugal: o seu papel na inclusão social de públicos desfavorecidos" (4.500 euros) e Fraude nos Seguros para a Associação Portuguesa de Seguros (780 euros), ainda relativos à conferência em Angola (200 euros).

5. Subsídios, Doações e Legados à exploração

O valor da rubrica "Subsídios à exploração" constantes da Demonstração dos resultados no montante de 2.792,00 euros refere-se a um subsídio atribuído pelo Banco de Portugal para fazer face aos gastos com a publicação dos livros da conferência internacional I2FC a editar em português e inglês. Em 2012, teve origem em várias entidades, com o objetivo de patrocinarem a Conferência Internacional realizada pela "OBEGEF", com destaque especial para o subsídio atribuído pelo Programa Operacional Regional do Norte (ON.2), no montante de 47.761,79 euros. Após a conclusão da análise do Relatório de Execução Final, foi reduzido o montante do subsídio atribuído em 3.630,43 euros, montante registado na rubrica de Outros Gastos e Perdas.

6. Fornecimentos e Serviços Externos

Quadro demonstrativo dos principais gastos inseridos na rubrica de Fornecimentos e serviços externos, principal rubrica de gastos:

Descrição	2013	2012
Trabalhos especializados	44.976,88	42.980,13
Materiais diversos	537,67	9.706,70
Deslocações e estadas	1.829,74	29.053,30
Outros serviços	1.432,29	6.007,35
	48.776,58	87.747,48

Salienta-se o facto de grande parte dos valores inseridos na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, estarem afetos aos subcontratos relativos à prestação de serviços de 2013.

7. Fluxos de Caixa

O saldo final de Caixa e seus equivalentes, estão disponíveis para uso pelo pela Associação.

8. Impostos sobre o Rendimento

O OBEGEF é um sujeito passivo de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), beneficiando da isenção dados os fins estatutários a que se propôs.

Relativamente às atividades fora do âmbito estatutário, iguala as entidades com fins lucrativos, estando sujeita às regras gerais daquele imposto.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das

circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Associação dos anos de 2010 a 2013 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

No período em análise, o imposto estimado em sede de IRC no montante de 838,76 euros, foi calculado com base no resultado da atividade complementar da OBEGEF, cujos rendimentos ascenderam a 50.480,00 euros e os respetivos gastos associados a 47.204,94 euros.

Porto, 19 de Março de 2014

O Técnico Oficial de Contas, A Direção

Parecer do Conselho Fiscal

Aos dezanove dias do mês de março de dois mil e catorze, reuniu-se o Conselho Fiscal do OBEGEF, nas instalações sitas na Faculdade de Economia do Porto, com o objectivo de apreciar e emitir parecer sobre o Relatório e Contas relativos ao ano fiscal de dois mil e treze.

Após a apreciação dos documentos que lhe foram presentes, o Conselho Fiscal decidiu, unanimemente, emitir parecer favorável ao Relatório e Contas relativos ao ano fiscal de dois mil e treze, considerando que traduzem, de forma credível e transparente, as atividades desenvolvidas pelo OBEGEF ao longo do ano em apreço. Decidiu, também por unanimidade, emitir parecer favorável à proposta de aplicação de resultados.

Aproveita ainda este Conselho para felicitar a Direção pela forma exemplar com tem dirigido o Observatório e cuidado dos seus interesses.

O Conselho Fiscal do OBEGEF,

Rui Henrique Alves
(Presidente do Conselho Fiscal)

Paulo José Abreu Beleza de Vasconcelos
(Secretário)

Nuno Ricardo de Oliveira Moreira
(Vogal)